

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Lula Marques/Agência Brasil



Mauro Cid e outros servidores teriam sido usados

Diante do golpe, como ficam os outros inquiridos?

Corre entre alguns procuradores da República uma impressão de que, diante da robustez da denúncia feita pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet, na denúncia da tentativa de golpe, e da gravidade do fato, os demais inquiridos que há contra o ex-presidente Jair Bolsonaro acabem ofuscados, e talvez nem mesmo levem a uma condenação. Bolsonaro co-

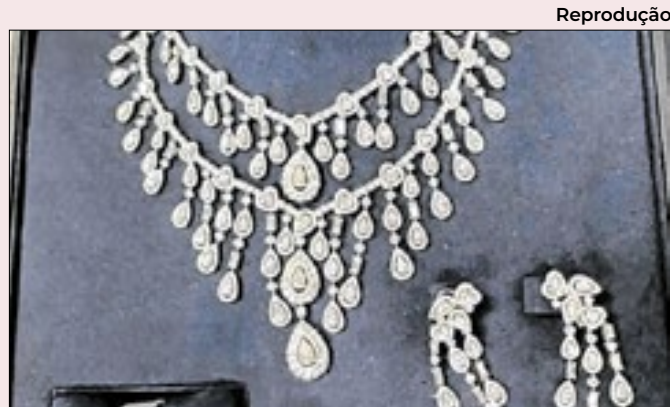
meçará a ser julgado pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) nesta terça-feira. E ele ainda responderá em algum momento por falsificação de atestado de vacina contra a covid e por venda de patrimônio público, na história das joias que recebeu de presente. Esses dois outros casos, porém, talvez sirvam para reforçar a natureza autoritária do ex-presidente.

Poder absoluto

Uma sensação de Bolsonaro de que o poder que o mandato lhe dava seria absoluto, acima do respeito a qualquer regra. Que ele podia usar o aparelho de Estado e seus subordinados para falsificar certificado de vacina ou vender os presentes que ganhava.

Denúncias

De qualquer modo, há no Ministério Público quem avalia que as outras duas denúncias seriam mesmo mais fracas. No caso das joias, ajuda Bolsonaro o cavalo de pau que o Tribunal de Contas da União (TCU) deu no seu entendimento quando aos presentes recebidos.



Aparelho de Estado usado para vender as joias

Ficar com os presentes talvez seja diferente de vender

A partir de um posicionamento do ministro Jorge Oliveira, que Jair Bolsonaro indicou para o TCU, o tribunal mudou o entendimento que tinha até então. Antes, um acórdão determinava que só poderiam ficar com objetos de uso "personalíssimo". Ao julgar, porém, se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva podia ficar ou

não com o relógio Cartier Santos que recebeu de presente do governo da França em 2005, Oliveira argumentou que não há lei específica. E que, não havendo, Lula poderia ficar com o relógio. Ora, se Lula pode ficar com o Cartier Santos, Bolsonaro poderia vender o que ganhou. Mas pode haver uma diferença.

Uso do Estado

A diferença poderá estar no fato justamente de Bolsonaro ter usado a estrutura do Estado e seus servidores ao vender as joias que ganhou. Segundo o tenente-coronel Mauro Cid, seu ex-ajudante de Ordens, embolsando com isso cerca de R\$ 500 mil.

Presidente

Quando tudo isso aconteceu, Bolsonaro era ainda presidente. Então, avalia-se que todas essas situações envolvendo o Estado e servidores possa agravar sua situação, mesmo que haja uma mudança de entendimento quanto à natureza da posse dos presentes recebidos.

Venda

A venda das joias envolveu funcionários do Estado, como o próprio Mauro Cid e seu pai, o general Lourena Cid. Ou o ex-ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque, que tentou entrar no país com as joias ganhas da Arábia Saudita sem declarar na alfândega.

Vacina

No caso do certificado de vacina, Bolsonaro alega que nunca pediu a falsificação. E talvez Mauro Cid não tenha mesmo como provar que recebeu a ordem. Mas, aí, há outro ponto: foi a partir da vacina que o tenente-coronel viu-se abandonado. E resolveu delatar.

Julgamento de Bolsonaro começa na terça-feira

1ª Turma avaliará se acata a denúncia de tentativa de golpe

Por Gabriela Gallo

Nesta terça-feira (25) está agendado o início do primeiro julgamento da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o indiciamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por suposta tentativa de golpe de Estado. De acordo com a agenda da Suprema Corte, estão agendadas uma sessão extraordinária às 9h30, uma sessão ordinária às 14h e uma nova sessão extraordinária às 9h30 de quarta-feira (26).

A Corte avaliará se aceita ou não a denúncia do procurador-geral da República (PGR), Paulo Gonet, contra o ex-presidente. Caso o Supremo aceite a acusação, será aberta uma ação penal, e o denunciado se tornará réu no processo. A segurança será reforçada nos dias 25 e 26 para, segundo a Corte, "assegurar a realização do julgamento e garantir a segurança de servidores, colaboradores, advogados e imprensa".

O julgamento será o primeiro de uma série de outros referentes aos indiciados pela PGR por tentativa de golpe de Estado.

Apesar de o procurador-geral da República, Paulo Gonet, ter citado 34 pessoas no plano, ele faturou a denúncia em cinco grupos que tinham funções diferentes. Ele dividiu as denúncias a fim de "otimizar o andamento processual" na condução dos processos no STF, especialmente para que a Primeira Turma da Suprema Corte defina o caso do ex-presidente ainda este ano, antes que comecem as disputas eleitorais de 2026.

Núcleo duro

O primeiro grupo indiciado é o "núcleo duro" do plano. Além de Jair Bolsonaro, nesta primeira fase também serão julgados: o ex-ministro da Casa Civil e da Defesa, general Walter Braga Netto; o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, tenente-coronel Mauro Cid; ex-ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência, general Augusto Heleno; o ex-ministro da Justiça Anderson Torres; o ex-comandante da Marinha Almir Ganier Santos; o deputado fede-



Tânia Rego/Agência Brasil

Bolsonaro é acusado por Gonet de tentativa de golpe de Estado

ral e ex-diretor da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) Alexandre Ramagem; o ex-ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, e o ex-secretário-executivo da Secretaria-Geral da Presidência Mario Fernandes.

Além de tentativa de golpe de Estado, todos os denunciados serão julgados pelos crimes de organização criminosa armada; tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito; dano qualificado pela violência e grave ameaça contra o patrimônio da União, e com considerável prejuízo para a vítima, e deterioração de patrimônio tombado.

A Primeira Turma do Supremo é composta pelos ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Cármen Lúcia, Luiz Fux e Cristiano Zanin, que preside a turma. A defesa do ex-presidente entrou com recurso para que Zanin e Dino, ambos indicados ao cargo pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), não participassem do julgamento, pois consideraram que há risco de os magistrados não cumprirem com o critério de imparcialidade. Houve ainda recurso de Braga Netto contra a presença de Moraes no julgamento, por entender que, por constar na investigação a denúncia de um plano de assassinato contra ele, o ministro

teria se tornado parte do processo.

Quando era ministro da Justiça do governo Lula, Dino protocolou uma queixa-crime contra Bolsonaro. Já no caso de Zanin, os advogados de Bolsonaro alegaram que o ministro foi advogado da campanha de Lula e entrou com ações contra a chapa de Bolsonaro nas eleições de 2022. Na última quinta-feira (20) os ministros recusaram os recursos, após votarem em plenário virtual. O único ministro a votar a favor do afastamento foi André Mendonça. Mesmo o outro ministro indicado por Bolsonaro, Nunes Marques, foi contrário.

Congresso

O julgamento no STF é, assim, o principal tema da agenda da semana na Esplanada dos Ministérios. Nesta semana os presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), acompanharão o presidente Lula em viagem ao Japão e ao Vietnã. Diante disso, as chances de ambas as Casas votarem projetos de grande porte nos plenários são baixas. Porém, as atividades em plenário não estarão paralisadas.

Nesta terça-feira, à partir das 10h, a Comissão de Educação do Senado segue as discussões acerca do Projeto de Lei (PL) 2614/2024

Lula viaja ao Japão para tentar acordo para Mercosul

Por Gabriela Gallo

Nesta semana, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estará viagem ao Japão e ao Vietnã. Ele aterriza em território japonês nesta segunda-feira (24) e na sexta-feira (28) seguirá para o Vietnã. Na programação prevista em sua agenda no Japão, o presidente negociará a abertura do mercado japonês para a carne bovina brasileira. Além disso, tentará avançar nas negociações para um acordo comercial entre o Japão e o Mercosul. Já no Vietnã, o governo visa elevar o país ao nível de Parceiro Estratégico do Brasil, uma relação superior à que os dois países mantêm atualmente. Dentre os países do Sudeste Asiático, apenas a Indonésia é um parceiro estratégico do Brasil.

Além de ministros, também viajaram na comitiva presidencial os presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). Os antigos presidentes de ambas as Casas, deputado Arthur Lira (PP-AL) e senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), também embarcaram para os países asiáticos.

Relações

Esta é a primeira viagem inter-



Antonio Cruz/ Agência Brasil

Primeiro-ministro do Japão esteve no Brasil em 2024

nacional do presidente brasileiro desde sua recuperação plena após drenar um edema cerebral, tal como a primeira viagem internacional desde que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (partido republicano), foi eleito. Desde que assumiu, Trump vem realizando promessas de campanha e vem adotando uma política tarifária protecionista, aplicando elevadas alíquotas na importação de produtos estrangeiros. No caso do Brasil, o aço e o alumínio foram taxados em 25%, o que gerou uma série de trocas de farpas entre os presidentes de ambos os países.

Ao Correio da Manhã, a advogada especialista em direito internacional Hanna Gomes destacou que a viagem "é um movimento estratégico do Brasil para expandir a presença do país na Ásia".

"[A Ásia], que é um mercado em crescimento e representa uma oportunidade de diversificação para as commodities brasileiras e reduzir a dependência dos Estados Unidos, diante do atual cenário de instabilidade e insegurança", declarou Hanna.

Carne Bovina

Ela completou que a viagem "sinaliza que a política protecionista americana não vai frear o Brasil, na tendência de buscar novos parceiros comerciais", especialmente se o governo brasileiro conseguir firmar acordos de exportação de carne bovina com o governo japonês.

"Em específico, um acordo sobre a exportação de carne bovina para o Japão representa significativos ganhos para o Brasil e para o Mercosul, considerando

que institui o novo Plano Nacional de Educação Plano (PNE), que determinará objetivos, metas e estratégias para a educação do país nos próximos dez anos. Na audiência pública, serão ouvidos representantes do Ministério da Educação, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Ainda na terça-feira, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Bets ouvirá o depoimento do empresário e ex-apostador André Holanda Rodrigues Rolim, um viciado em jogos de azar (ludopata) em recuperação. A proposta é que o empresário conceda um depoimento como ex-apostador, ressaltando os riscos que as apostas podem trazer para a saúde mental e financeira das pessoas. O empresário foi convocado por um requerimento do senador Dr. Hiran (PP-RR). Na avaliação do parlamentar, a falta de mecanismos eficazes para a proteção aos consumidores faz com que, "na esteira da propagação do mercado bet" (casas de apostas digitais), cresça a dependência de jogos de azar on-line. Dessa forma, para prevenir isso, ele cita a implementação de limites para apostas, promoção de campanhas de conscientização sobre os riscos e a oferta de suporte e tratamento aos indivíduos viciados em jogo.

Além disso, nesta quinta-feira (27) 19 mulheres de diferentes áreas receberão o prêmio Diploma Bertha Lutz, premiação entregue a mulheres que se destacam na luta pelos direitos femininos e na promoção da igualdade de gênero. As homenageadas são representantes da política, da ciência, do Judiciário, da cultura (dentre elas, as atrizes Fernanda Montenegro e Fernanda Torres, protagonistas de "Ainda Estou Aqui", que ganhou o Oscar de melhor filme estrangeiro), do ativismo social e do empreendedorismo. A cerimônia acontecerá no plenário do Senado, à partir das 10h.

o volume e a qualidade da nossa produção, e isso pode refletir no comércio de outros produtos, facilitando novos e diversificados acordos comerciais", reforçou a advogada.

Segundo informações do Palácio do Itamaraty, um dos objetivos é firmar um compromisso político do Japão para que envie ao Brasil uma missão técnica das autoridades sanitárias japonesas para inspecionar as condições da produção de carne bovina do país. A medida é um passo necessário para que o Brasil tenha acesso ao mercado de carne bovina japonês. Em maio do ano passado, o primeiro-ministro japonês, Fumio Kishida, esteve no Brasil para se encontrar com Lula e, no encontro, o brasileiro reforçou a reivindicação para ter acesso ao mercado de carne bovina – mercado que o Brasil tenta se integrar desde 2006, sem sucesso, segundo o Ministério de Relações Exteriores.

Por questões geográficas do território japonês, o país importa 70% da carne bovina que consome, o equivalente a US\$ 4 bilhões de dólares ao ano. Desse total, atualmente, 80% são importados dos Estados Unidos e da Austrália, históricos aliados do país asiático.